



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**A REFORMA UNIVERSITÁRIA E A REVISTA ESTUDOS  
UNIVERSITÁRIOS DA UFPE (1962-1969)**

Dimas Brasileiro Veras\*

Este trabalho analisa as representações engendradas sobre a reforma universitária presentes na revista *Estudos Universitários* entre os anos 1962 e 1969. O periódico foi criado em 1962 e participava das práticas extensivas dirigidas por Paulo Freire no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife – atual Universidade Federal de Pernambuco (SEC/UR). O SEC/UR foi a primeira experiência sistemática de extensão no Brasil e visava democratizar a universidade pública sob égide da extensão e da nascente Pedagogia Paulo Freire.

Os produtores da revista *Estudos universitários* defendiam uma concepção de universidade popular e crítica cujas práticas e representações marcaram os anos que circulam a ditadura militar-civil no Brasil. O SEC/UR foi fechado por ocasião do golpe e sua revista apenas retomada 1966, a partir de uma nova linha editorial afinada com o regime em vigor. Seus novos produtores defendiam um projeto de reforma universitária pautado nas representações ditatoriais de desenvolvimento e de segurança nacional.

As duas fases da revista ficaram, assim, sulcadas pela colaboração de diferentes atores sociais e de concepções distintas de educação brasileira. A escolha da *Estudos Universitários* justificou-se, pois, no debate permanente que a mesma concentrou sobre

\* Professor do IFPB. Mestre e doutorando em História pelo PPGH/UFPE.

a modernização da universidade brasileira, bem como no fato da revista congregar professores, pesquisadores, estudantes e outros colaboradores do campo universitário.

Os documentos foram comparados e correlacionados a partir dos princípios metodológicos da história cultural, de tal modo que compusessem uma série representativa da reforma universitária e dos seus processos. Ao longo da investigação buscou-se assenhorar-se dos conteúdos e das expressões dos documentos, de suas características, de suas funções, de seus responsáveis, de seus colaboradores, de seus circuitos comunicativos e de suas apropriações culturais.

Esta pesquisa inicial participa de um esforço maior, que é, analisar o campo universitário brasileiro nos anos do regime militar a partir do caso da UFPE. Neste sentido, buscou-se analisar qual a concepção de universidade brasileira que os grupos dominantes da UFPE passam a produzir e arregimentar institucionalmente a partir do golpe civil militar de 1964.

Pretende-se, assim, analisar como os grupos de poder da UFPE se apropriaram dos dispositivos de modernização e de controle acionados pelos ideais de “Segurança e Desenvolvimento” oficializados pelo regime. No mesmo veio, procurou-se, considerar como as forças que pleiteavam a produção político-pedagógica da UFPE receberam as mudanças estruturais operadas pela Lei de Reforma Universitária 5.540/1968, dando um contorno específico e decisivo para formação histórica da UFPE e do campo universitário do Recife.

O caso da UFPE será analisado tendo em vista o conceito de “campo” tal como definido por Pierre Bourdieu (2011; 2007). O “campo” é o espaço de produção onde grupos que compõem suas redes de relações e de sociabilidades se confrontam compartilhando afinidades e rivalidades na disputa pela legitimidade de produção, neste caso, universitária.

Em *Homo academicus* (2011), Pierre Bourdieu traçou um percurso metodológico no qual a investigação do campo universitário passa pela análise das relações de dominação e de força que permeiam as instituições culturais e escolares. Segundo o sociólogo o campo acadêmico encontra-se dividido entre os determinantes da sociedade política e da sociedade acadêmica: o poder políticoeconômico e o poder simbólico.

Numa perspectiva da história cultural proposta por Roger Chartier, pensou-se os fazeres da comunidade universitária e seus significados a partir dos conceitos de “prática”, “representação” e “apropriação”. Se a prática tenderá neste trabalho a remeter a uma descrição da experiência histórica dos professores, técnicos e estudantes universitários, as representações remetem à dinâmica mediante a qual os significados emergem deste cotidiano universitário. Se estas representações não aparecem como instâncias cristalizadas, mas simbolização posta em jogo, o eixo desta maleabilidade está na “apropriação” e “disputas” dos atores sociais.

Para fins deste trabalho, também, se fez importante sublinhar alguns títulos da fortuna crítica com ênfase no campo educacional nos tempos de ditadura. É neste sentido que Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta organizam uma coletânea de estudos sobre a modernização conservadora e autoritária implantada pelos militares brasileiros e seus aliados civis. Dentre os trabalhos reunidos, o apresentado por Sá Motta, “A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política” (2014a) mostra como o campo acadêmico se conectou ao projeto “modernizador autoritário-conservador” e se inseriu nas estratégias, nas negociações, nas acomodações, enfim, nas políticas para conquista da legitimidade militar e civil a partir da cooptação e da desmobilização social. Este tema é retomado com mais profundidade pelo autor no livro “As universidades e o regime militar” (MOTTA, 2014b).

Trabalhos clássicos como os de Paulo Rosas (1992) e de Luiz Antônio Cunha (2012) descrevem igualmente os retrocessos e os avanços alicerçados em uma lei de reforma universitária modernizante e autoritária.

Em trabalho igualmente notável de René Armand Dreifuss, “1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe” (1981), destaca-se a participação da sociedade civil, sobretudo empresarial e/ou “tecnoempresarial”, conforme conceito empregado pelo autor: “um movimento de classe, e não um mero golpe militar”. O campo educacional e seu Ministério também foi alvo dos tecnoempresários do complexo IPES-IBAD estudado pelo pesquisador, sobretudo a partir das campanhas de moral e cívica e da desarticulação da UNE, estes normatizados pela Lei 4.646, conhecida como “Lei Suplicy” e das políticas de reforma universitária.

Ademais, a primeira série de documentos analisados correspondem aos cinco volumes, publicados entre 1962-1963, que marcaram a primeira fase da revista estudos universitários. O secretário da revista, o professor Luiz Costa Lima, buscava, em franco

diálogo com a nascente Pedagogia Paulo Freire, propor uma concepção crítica de cultura e de Universidade. Os trabalhos publicados nas três seções da revista, Ensaios, Estudos e Resenhas, correspondem diretamente e indiretamente as diretrizes libertadoras da educação Paulo Freire.

Há ao longo desta primeira fase uma defesa da “erradicação da alienação” (MACIEL, 1963), usando os termos de Jarbas Maciel, como projeto de emancipação sócio-cultural, cuja universidade caberia orientar e garantir. Esta vocação universitária se configura de maneira variada entre os autores, embora todos concordem com a urgência da integração da instituição com seus territórios e suas contradições estruturais.

Esta convergência é que nos ajuda a compreender Paulo Freire ao invocar “o professor universitário como um educador” (1962), bem como as reflexões em torno da universidade brasileira ensaiadas por Jarbas Maciel e João Alexandre Barbosa e resenhadas por Walter Costa Porto e Jomard Muniz de Britto. Os problemas da educação e da cultura brasileira são requalificados a partir duma perspectiva estrutural, sobretudo, sociocultural, política e econômica.

Neste sentido Paulo Freire afirmava que “o professor se faz educador autêntico na medida em que é fiel a seu tempo e a seu espaço” e “não pode haver formação do educando se o conteúdo da formação não se identifica com o clima geral do contexto a que se aplica. Seria antes uma deformação” (FREIRE, 1962, v. 1, p. 46). João Alexandre Barbosa, também defendia que a universidade brasileira deveria “ser capaz de se dobrar sobre si mesma, na reflexão crítica e racional da estrutura social em que se estabelece” (BARBOSA, 1962, v. 1, p. 75). Conclusão muito próxima daquela esboçada mais exaltadamente por Jarbas Maciel: “É a Universidade brasileira que – ela somente – poderia re-integrar o homem em toda plenitude de si mesmo, em toda a plenitude de sua própria vida, através de sua re-educação crítica e de sua situação em uma realidade cuja reformulação partiu precisamente de si mesma” (MACIEL, 1962, v. 1, p. 82). Ou como defende JMB em debate sobre a reformulação do currículo escolar: “formar um professorado mais consciente de suas tarefas, capaz de retomá-las, colocando-se na posição devida em face do atual momento brasileiro” (BRITTO, 1963, v. 3, p. 95).  
Incremento da técnica permeado pela cidadania:

No último ano do curso, onde se ressalta por necessidade a importância das Didáticas Especiais e da Prática de Ensino, os alunos serão motivados para organizar um “Centro de Estudos sobre Realidade Brasileira”, inspirado nas técnicas de estudo dirigido e nas múltiplas

formas de debate. Através do Centro, os alunos serão chamados a conhecer para transformar a realidade nacional, a interferir no processo de formação da opinião pública, a realizar as tarefas de uma educação fundamental urgentemente necessitada pela maioria da população brasileira (BRITTO, 1963, v. 3, p. 96-97).

A revista Estudos Universitários nº 4 – Abril-Junho de 1963 – é decisivamente um marco para educação brasileira, afinal, representa um primeiro compêndio dedicado ao trabalho de Paulo Freire. Publicado logo após os bens sucedidos círculos de cultura da cidade de Angicos, o periódico vem atender uma demanda dos professores e dos estudantes envolvidos direta ou indiretamente aos programas de educação de jovens e adultos e aos centros e movimentos de cultura popular.

O filósofo, músico e matemático pensa a extensão universitária como “algo mais do que aquilo que lhe é em geral atribuído nos centros universitários da Europa e dos EE.UU. A extensão é uma **dimensão da Pré-revolução brasileira**” (MACIEL, 1963, v. 4, p. 25). Sua missão maior seria, portanto, a integração da universidade no “trânsito brasileiro” e no processo de “democratização da cultura” (MACIEL, 1963, v. 4, p. 26). Processo que deveria liderar rumo a “universidade popular”. Democratização das culturas reafirmada por Jomard Muniz de Britto a partir da utopia da “unificação da cultura”. O jovem presidente da Comissão Regional de Cultura Popular do MEC acredita que os projetos de educação de adultos deveriam extrair todas as potencialidades oferecidas pela sociedade de massas ampliando a participação destas pelo acesso aos canais de comunicação e de expressão, traduzindo “valores técnico-materiais em técnico-reflexivos” e promovendo a “integração cultural”. Decerto é preciso romper o que acredita ser o maior obstáculo: “a rigidez de nossa estrutura universitária – nossa, brasileira” (BRITTO, 1963, v. 4, p. 63).

Há um consenso quanto ao papel da universidade brasileira como instituição de vanguarda do processo de reforma estrutural do Estado brasileiro, sobretudo, a democratização da cultura. Esta ênfase, João Alexandre já sublinhava no ensaio que publicou no primeiro volume da Estudos Universitários:

Em primeiro lugar, a Universidade tem que desenvolver naquele que dela participa a ambição pelo conhecimento concreto de uma realidade que enfrenta certo momento cultural. Não é possível continuar pensando na Universidade como elemento apenas decorativo. Como instituição que apenas dignifica um Estado. Ela tem a sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento que se efetue ou, mais importante ainda, que deixe de se efetuar. De elemento apenas decorativo, ela tem

que passar a elemento impulsionador de novas descobertas acerca de uma realidade que se vive. A sua estrutura deve permitir um equacionamento preciso e exato de todas as variações que a sociedade, em que se acha inserta, possa registrar. E dissemos conhecimento concreto por nos parecer que é insuficiente e mesmo pernicioso o conhecimento apenas teórico ou ideal desta mesma realidade. (BARBOSA, 1962, v. 1, p. 74)

Bem como o próprio Paulo Freire ao reivindicar que o “professor universitário como educador:

Estão a exigir da Universidade uma crescente e corajosa abertura a seu modo para que se faça uma instituição autêntica de seu tempo. Para que, preocupando-se com o real e verdadeiramente universal, não se sinta em contradição ao se preocupar com o local regional. (FREIRE, 1962, v.1, p. 47).

No caso do SEC/UR o que subjaz a este projeto político-pedagógico que exigem da universidade brasileira é uma representação do intelectual, da educação e da cultura brasileira crítica e integrada, comprometimento sócio-político e estético com a democracia, com a ética, a cidadania e outros valores universais do novo humanismo (o que apresentavam em seminários como “problemas da realidade brasileira”). A “democratização fundamental” (objetivo maior desta atuação técnica interdisciplinar de artistas, educadores, críticos, pesquisadores das ciências humanas e estudantes) é representada como “abertura da cultura” (João Alexandre Barbosa), “encontro das culturas” (Sebastião Uchoa Leite), “unificação das culturas”, “Integração cultural” (Jomard Muniz de Britto), “erradicação da alienação” (Jarbas Maciel).

Buscavam, assim, não só uma intensa economia de livre troca entre as formas de expressão ditas populares e eruditas, em nível de produção cultural e artística, mas, também, uma solução “autêntica” (porque “dialógica” e “orgânica”) aos desafios políticos e estéticos com os quais defrontavam.

Estes estudos ficaram marcados em sua primeira fase (1962-1964) por uma proposta de universidade popular vinculada ao nascente sistema Paulo Freire de educação e foi interrompido pelas perseguições aos seus proponentes por ocasião do golpe de 1964 (VERAS, 2012).

De volta ao prelo em 1966 os novos produtores da revista de cultura da UFPE, que ocuparam o lugar dos educadores expurgados, retomam o tema da reforma

universitária pautados desta vez numa abordagem tecnicista e desenvolvimentista afinada com a ditadura em vigor.

As parcerias MEC/USAID firmadas nestes anos consagraram a partir das práticas de cooperação técnica, assistência financeira e outros serviços terceirizados uma reforma educacional pautada nos ideais de eficiência e produtividade. O diálogo social se desloca das classes populares e movimentos sociais para o empresariado e convênios internacionais.

Desta forma, o consultor da USAID Jonh M. Hunter, então professor de Economia da Michigan State University, USA, assina o ensaio “A Universidade-fundação: uma caixa de Pandora”, publicado em 1967 na *Estudos Universitários*. Ao artigo subjaz elementos de uma reforma estrutural que aponta para o financiamento público-privado, modelo empresarial, a flexibilização das relações de trabalho, o fim das cátedras, dentre outros pontos.

Estas questões foram retomadas nos ensaios de Newton Sucupira, então professor Catedrático de História e Filosofia da Educação da UFPE, membro CFE e na época diretor da revista *Estudos Universitários*. O professor se destacou enquanto importante pesquisador e articulador da reforma nos anos de chumbo. Era, então, um dos membros mais influentes do Conselho Federal de Educação e esteve à frente do GT de Reforma Universitária que proporia o projeto de lei, do qual se originaria a Lei 5540/68.

A preocupação passa duplamente por um processo de reforma que expanda a universidade brasileira e pela torção da estrutura universitária em favor das forças produtivas do país. “Flexibilidade” é, assim, a palavra de ordem da proposta de reforma universitária apresentada pelo membro do CFE. A educação universitária é pensada em relação aos imperativos da economia e dos seus setores. Há uma defesa dos cursos de ciências técnicas e tecnológicas em detrimento das humanidades.

Suas soluções aparecem em consonância com aquela apresentada no artigo do professor Hunter, ou seja, com as diretrizes da USAID, do relatório ATCON, por Meira Mattos: financiamento para educação pública e privada, fim da gratuidade do ensino superior, capacitação dos professores conforme imperativos da sociedade industrial, tempo integral e estímulo à pesquisa.

Os relatórios produzidos pelo General Meira Matos, assim como os relatórios produzidos pelos consultores da USAID, por Rudolph Atcon e pelo GT de reforma

universitária do MEC nortearam a lei de reforma universitária 5.540/68 em suas diretrizes autocráticas e privatizantes. Seus dispositivos visavam na prática enxugar e atualizar a máquina educacional, mas também assegurar a vigília e o controle da comunidade universitária brasileira.

Em “Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação” (SUCUPIRA, 1969B), Sucupira justifica a extinção das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a criação das Faculdades de Educação. Segundo o autor aquelas escolas plurais objetivavam dar uma formação geral, formar professores e fomentar a prática científica. O educador se apropria das críticas formuladas por outro membro do CFE, o professor Valmir Chagas, para demonstrar que as FFCL não conseguiram consolidar seus objetivos.

O surgimento da faculdade de economia e ciências sociais e da universidade americana é apresentado como evolução do ideal de universidade alemã. A criação nos anos 1930 das FFCL no Brasil é vista desta forma como um anacronismo e seus ideais postos como impossíveis diante da fragmentação científica e da ausência de tradição universitária nos trópicos. Os colleges e as graduate school são mais uma vez apontados como a opção que deveria orientar a expansão universitária brasileira.

Para o autor a inexperiência universitária somada à precariedade estrutural, a ausência de laboratórios e bibliotecas, a má formação do corpo docente, contribuíram para que as FFCL ofertassem cursos de baixa qualidade ou os supostos “curso fáceis”.

Este ainda afirma que a FFCL falhou quanto à integração universitária e dentro do seu ponto de vista a reforma de 1968 acertou ao promover a integração a partir de Institutos Centrais com seu sistema comum de ensino básico.

Na prática percebe-se hoje que o fim das FFCL segmentou o espírito crítico próprio às ciências humanas das demais áreas de saber, assim como ampliou o isolamento dos pedagogos e seus estudos no campo universitário. Nada obstante, os institutos centrais também não foram bem sucedidos na integração universitária.

Todos os artigos aqui estudados e publicados na *Estudos Universitários* entre 1966 e 1969, buscaram, portanto, justificar a reforma universitária conduzida pela ditadura militar civil.

A revista, cuja primeira fase fora marcada pela pedagogia de Paulo Freire e pelos debates em torno da educação e da cultura popular, tornou-se, com a expulsão dos seus



primeiros produtores, um espaço de arregimentação das propostas educacionais defendidas pelo regime ditatorial.

Aliás, muitas vezes os argumentos científicos produzidos por pesquisadores perseguidos, afastados e exilados pelo regime, são utilizados para reforçar pontos consensuais da reforma. Neste prisma, citam Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro. O nome Paulo Freire, no entanto, desaparece do léxico acadêmico brasileiro.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROSAS, Paulo. **Para compreender a educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BARBOSA, João Alexandre. Reflexões sobre Arte, Universidade e Cultura in **Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife**. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRITTO, Jomard. Experiência de renovação do curso pedagógico in **Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife**. v. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

\_\_\_\_\_. Educação de adultos e unificação da cultura in **Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife**. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 2ª ed. Petrópolis: 1981.

FREIRE, Paulo. O professor universitário como educador in **Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife**. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

\_\_\_\_\_. Conscientização e alfabetização – uma nova visão do processo in **Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife**. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

HUNTER, Jonh M. A universidade fundação: uma caixa de pandora in **Estudos Universitários: revista de cultura da UFPE**. V. 4. Recife: UFPE, 1967.

MACIEL, Jarbas. Musicologia: oportunidade para Universidade brasileira in **Estudos Universitários**: Revista de Cultura da Universidade do Recife. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

\_\_\_\_\_. A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire in **Estudos Universitários**: Revista de Cultura da Universidade do Recife. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

REIS FILHO, Daniel Aarão e outros (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP): Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SUCUPIRA, Newton. A reestruturação das Universidades Federais in **Estudos Universitários**: revista de cultura da UFPE. V. 4. Recife: UFPE, 1967.

\_\_\_\_\_. Concepção de reforma universitária in **Estudos Universitários**: revista de cultura da UFPE. V. 9. Recife: UFPE, 1969.

\_\_\_\_\_. Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação in **Estudos Universitários**: revista de cultura da UFPE. V. 9. Recife: UFPE, 1969B.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidade letradas no Recife**: a revista Estudos Universitários (1962-1964). Recife: UFPE, 2012.

